

Audidores da Procuradoria-Geral da República propõem escutas e "suspensão preventiva da actividade" dos jornalistas.

Os relatores da auditoria ao segredo de justiça encomendado pela Procuradora-Geral da República (PGR), Joana Marques Vidal, defendem nas suas recomendações que se possam fazer escutas telefónicas e buscas domiciliárias aos locais de trabalho dos jornalistas. Marques Vidal, porém, diz ter "algumas reservas quanto à utilização desses meios de prova."

No relatório de 106 páginas, que tem a direcção da PGR e como principal auditor o procurador da república e inspetor do Ministério Público, João Rato, propõe-se ainda "um sistema de punição dos órgãos de comunicação social e jornalistas independentemente das fontes" a que recorrem, "com multas de montantes verdadeiramente dissuasores" a par da possibilidade de "apreensão do publicado e suspensão preventiva da actividade".

A PGR, Joana Marques Vidal, afirma que não concorda com alguns dos pontos e que este é apenas o início de um debate que tem de ser feito antes de se poderem propor algumas alterações legislativas: "Há propostas com as quais temos de ser muito cuidadosos, a título de exemplo, a possibilidade de utilizar meios de prova invasivos, como a utilização de escutas, a referenciação dos meios de comunicação, a possibilidade de a lei prever a utilização desse tipo de meios de prova na investigação do crime de violação do segredo de justiça".

83 INQUÉRITOS POR VIOLAÇÃO DE SEGREDO DE JUSTIÇA

Nos anos de 2011 e 2012 foram instaurados 83 inquéritos por violação do segredo de justiça, num universo de 6696 casos abrangidos pelo segredo, em que foram movimentados mais de 1,3 milhões de processos.

Segundo o inspetor do Ministério Público João Rato, os 83 inquéritos criminais instaurados por violação do segredo de justiça representam cerca de um por cento dos processos (6.696) que estiveram sujeitos ao segredo durante aquele período (2011-2012). Apenas seis foram contra jornalistas.

Quanto ao resultado dos inquéritos criminais abertos por violação do segredo de justiça, a auditoria revela que 49 foram arquivados e em nove foi deduzida acusação. Os restantes 25 inquéritos continuam em investigação.

A auditoria concluiu ainda que os "momentos críticos" dos processos sujeitos ao segredo de justiça e em que há fuga de informação são as buscas (15 casos), interrogatório judicial (nove), comunicados de imprensa (seis) e escutas (cinco). Contudo, "outros momentos" (40) não determinados estão à frente nesta lista.

Quanto à tipologia dos crimes que estiveram sujeitos ao segredo de justiça, o tráfico de estupefacientes (475 casos) lidera a tabela, seguido de abuso sexual de crianças (189) e violência doméstica (102). A corrupção (com 51 casos) aparece em sétimo lugar da lista.

SJ CONTRA AGRAVAMENTO DE PUNIÇÕES A JORNALISTAS (17H05)

O Sindicato dos Jornalistas (SJ) considerou que a auditoria da Procuradoria-Geral da República que propõe um agravamento das punições dos jornalistas por violação do segredo de justiça, nomeadamente buscas e escutas telefónicas, revela "uma fúria punitiva" contra a comunicação social.

A auditoria divulgada, esta sexta-feira, pela Procuradoria-Geral da República (PGR) propõe um extenso rol de propostas preventivas, como a adoção de um "sistema de punição" dos órgãos de comunicação social e jornalistas que violem o segredo de justiça, independentemente das fontes, assim como um "verdadeiro sistema de autorregulação da atividade jornalística".

Em declarações à Lusa, o presidente do SJ, Alfredo Maia, considera que a auditoria coloca um "enfoque excessivo" sobre os jornalistas, sublinhando que apenas 0,13% dos processos abrangidos pelo segredo de justiça (6.696) conduziram à dedução de acusação contra pessoas e que se desconhece o desfecho destes nove processos.

"Não é desvalorizar aquele dado, mas ele não é estatisticamente relevante para justificar o que me parece constituir uma fúria punitiva contra jornalistas e órgãos de comunicação social. Não ignoro que o problema existe, mas não justifica constituir o agravamento das punições, porque a lei já prevê mecanismos" para tal, sustentou Alfredo Maia.

Sobre o agravamento das punições a jornalistas por violação do segredo de justiça, o sindicalista considera as propostas apresentadas como "desproporcionadas e sem justificação".

"Tenho muito medo das más medidas que são apresentadas como 'boas justificações'. Parece-me que há um enfoque excessivo sobre jornalistas e a comunicação social, lançando-lhes um anátema que pode ser perigoso", alertou Alfredo Maia, manifestando a sua "oposição a uma fuga para a frente".

O presidente do SJ manifestou ainda o seu orgulho nos seis jornalistas a quem foi deduzida acusação pelo facto de nunca terem revelado as suas fontes. "Orgulha-nos muito porque significa que enfrentam o risco natural da profissão, de enfrentar os tribunais, mas não revelaram as suas fontes", sublinhou.

O SJ "vai estudar o documento da auditoria e emitir uma opinião aprofundada e adequada" para ser entregue à procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, e se necessário ao Governo e aos grupos parlamentares.

Paulo Pinto Mascarenhas | Correio da Manhã | 10-01-2014